



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santa Maria do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Maria do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



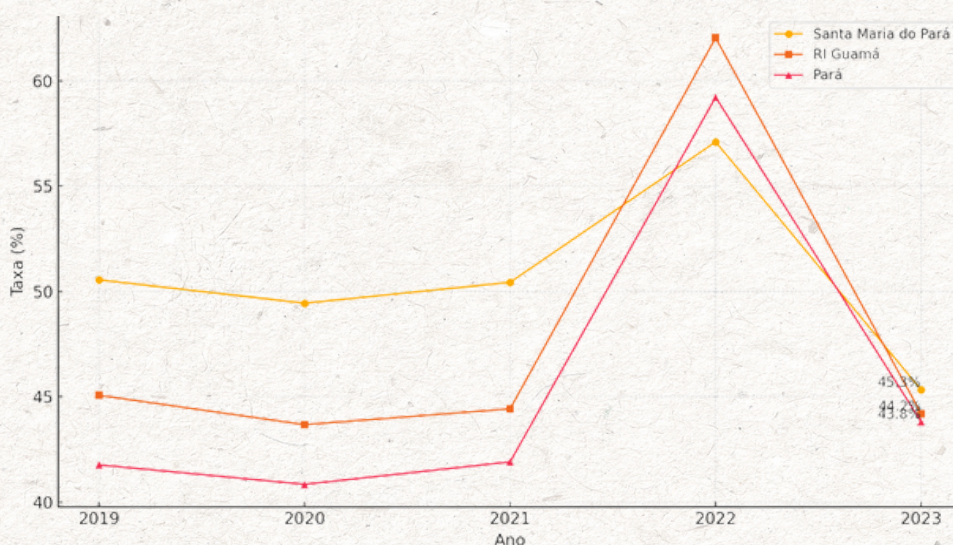
Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, Santa Maria do Pará manteve estabilidade na taxa de pobreza, oscilando de 50,5% em 2019 para 49,4% em 2020 e retornando a 50,4% em 2021. Em 2022, observou-se um salto significativo para 57,4%, o maior valor da série, indicando forte impacto socioeconômico. No entanto, em 2023 houve uma queda expressiva para 45,3%, voltando aos patamares anteriores à crise. Na Região de Integração do Guamá, o comportamento foi semelhante: estabilidade de 45,1% (2019) a 44,4% (2021), com pico de 61,6% em 2022 e queda para 44,8% em 2023. No estado do Pará, a trajetória

também foi marcada por aumento em 2022 (59,3%) após uma relativa estabilidade entre 2019 e 2021 (de 41,8% a 41,9%). Em 2023, houve recuo para 43,4% (Gráfico 1).

A elevação atípica em 2022, comum aos três níveis territoriais, indica um possível reflexo de fatores externos, como os efeitos sociais e econômicos da pandemia de COVID-19 e da inflação sobre os grupos mais vulneráveis. Esse aumento generalizado foi revertido no ano seguinte, o que sugere a retomada de políticas de proteção social, estabilização econômica e aumento de renda. Destaca-se que Santa Maria do Pará, em-

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

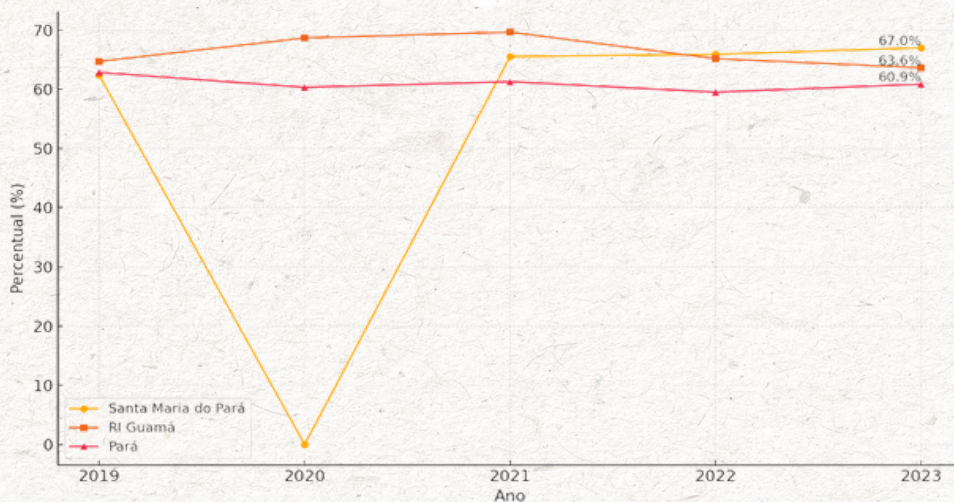
Em Santa Maria do Pará, as despesas com serviços essenciais iniciaram em 61,5% em 2019, mas sofreram um colapso em 2020, chegando a 0%, o que representa uma possível falha de execução ou de registro orçamentário. A partir de 2021, o índice foi retomado com 66,1%, mantendo-se em patamar elevado nos anos seguintes: 65,9% em 2022 e 67,0% em 2023. Esse retorno à normalidade demonstra resiliência administrativa ou reorganização orçamentária local. Na RI Guamã, os percentuais oscilaram positivamente, saindo de 64,7% (2019) para um pico de 69,9% em 2021, e encerrando em 63,6% em 2023. Já o estado do Pará apresentou maior estabilidade, com valores variando entre 63,2% e 60,9% (Gráfico 2).

O comportamento anormal em 2020, exclu-

sivo de Santa Maria, compromete a interpretação contínua da série local, mas os anos seguintes indicam recomposição. Tanto a RI Guamã quanto o estado do Pará mantiveram percentuais mais consistentes, o que sugere um esforço regional e estadual para garantir o custeio das áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. Em 2023, o município superou ambos os recortes territoriais, com 67,0%, frente a 63,6% da RI e 60,9% do Pará. Isso pode ser resultado de ações específicas ou de políticas locais voltadas à priorização dos serviços básicos. A consistência desses investimentos é fundamental para a mitigação de vulnerabilidades, especialmente em contextos de alta taxa de pobreza como os observados (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Santa Maria do Pará registrou redução da prevalência de baixo peso ao nascer, saindo de 7,3% em 2019 para 6,9% em 2020. Após uma elevação para 7,5% em 2021, o indicador caiu novamente, atingindo 6,8% em 2022 e mantendo-se praticamente estável em 2023 (7%). Essa trajetória, apesar de flutuações, revela uma tendência de estabilização em patamar inferior ao estadual e regional. Na RI Guamá, a evolução foi ascendente: 7,3% (2019), 7,7% (2020), 7,5% (2021), subindo para 8,5% em 2022 e 8,6% em 2023. O estado do Pará apresentou comportamento similar, encerrando o período

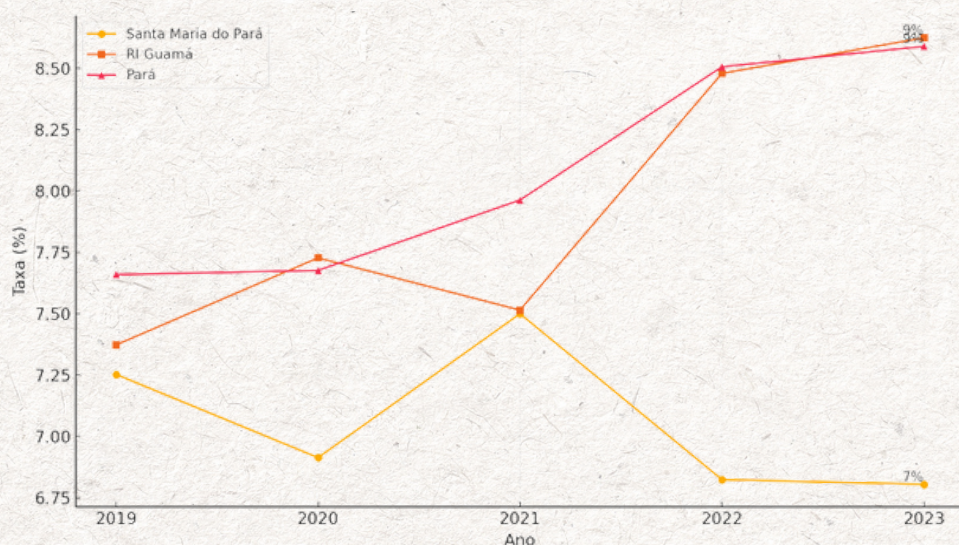
com 8,6%, partindo de 7,7% em 2019 (Gráfico 3).

Enquanto o município apresentou sinais de melhora ou contenção do problema, os recortes maiores indicam agravamento. O aumento regional e estadual pode refletir falhas na cobertura ou na qualidade do pré-natal, na desnutrição materna ou em outros determinantes sociais da saúde. A manutenção de Santa Maria em níveis menores é um sinal positivo, que pode estar ligado a estratégias locais bem-sucedidas na atenção básica à saúde. Ainda assim, o valor de 7% é considerado elevado pela OMS, o que reforça a necessidade de ações

permanentes de prevenção e monitoramento. A discrepância crescente entre os territórios exige atenção quanto à equidade na oferta de políticas públicas voltadas à infância e à gestação (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

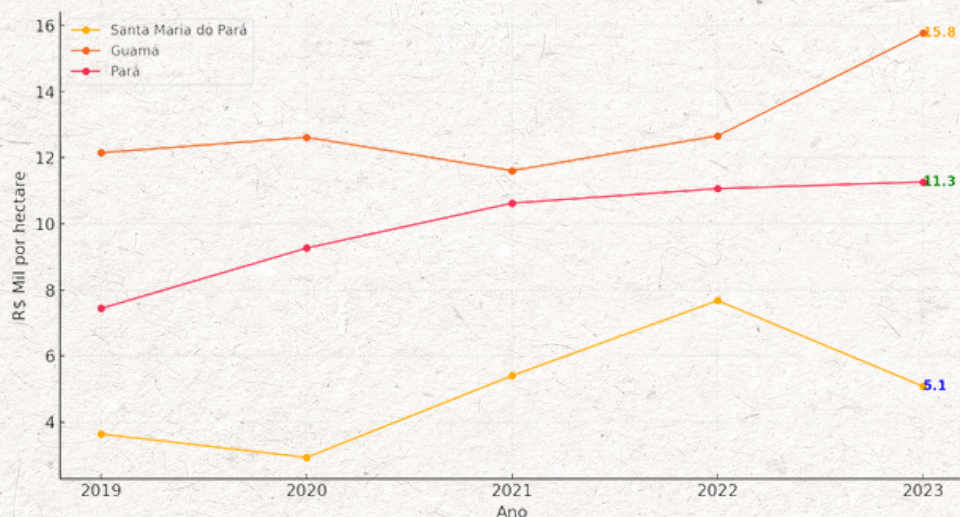
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santa Maria do Pará começou baixa em 2019 (R\$ 3,7 mil/ha), caiu ainda mais em 2020 (R\$ 2,9 mil), mas apresentou recuperação significativa nos anos seguintes: R\$ 5,4 mil (2021), R\$ 7,6 mil (2022). No entanto, em 2023 houve nova retração para R\$ 5,1 mil. A RI Guamá exibiu maior robustez e crescimento contínuo: R\$ 12,2 mil em 2019 para R\$ 15,8 mil em 2023. O estado do Pará seguiu tendência semelhante, passando de R\$ 7,5 mil para R\$ 11,3 mil no mesmo período. Os dados indicam que, embora Santa Maria tenha apresentado esforços de recuperação, permanece com produtividade muito inferior aos recortes superiores (Gráfico 4).

A diferença em relação às demais regiões podem ser explicada por fatores como estrutura fundiária, acesso a tecnologia, crédito rural e práticas de manejo. A queda em 2023 indica que os ganhos anteriores podem não ter sido sustentáveis ou que sofreram impacto climático ou econômico. A RI Guamá, ao contrário, teve crescimento expressivo e consistente, sinalizando avanços mais estruturais. Já o estado manteve crescimento linear, demonstrando certa estabilidade produtiva. A elevação da produtividade é um componente importante para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, especialmente em municípios como Santa Maria, onde a economia agrícola é central (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

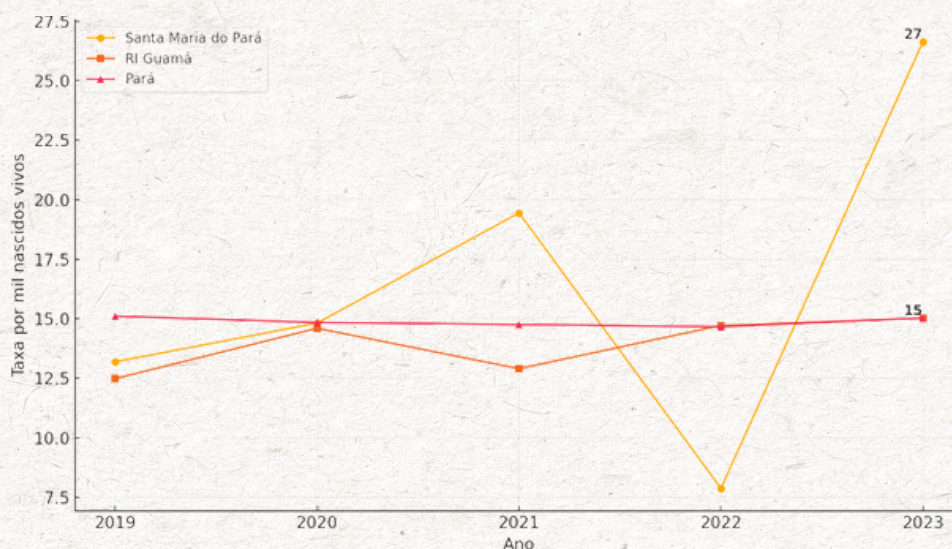
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em Santa Maria do Pará oscilou bastante entre 2019 e 2023. Partindo de 13 por mil nascidos vivos em 2019, o indicador subiu para 14,8 em 2020 e atingiu 19,4 em 2021. Em 2022, observou-se uma queda abrupta para 7,9, seguida por forte elevação para 27 em 2023. Esses dados demonstram instabilidade na atenção básica e neonatal ao longo dos anos. Tais flutuações podem indicar descontinuidade de políticas públicas ou fragilidade nos serviços de saúde infantil no município (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Guamá, o comportamento foi mais estável, com a taxa variando entre 12,6 e 14,9 no período. Em 2023, registrou-se 14,9 por mil nascidos vivos, próximo ao nível observado em 2020 (14,7). Já o estado do Pará apresentou um comportamento praticamente linear, variando entre 14,5 e 15. Essa estabilidade estadual contrasta com os picos municipais e regionais, evidenciando a necessidade de atenção focalizada em Santa Maria do Pará. A disparidade também pode refletir desigualdades no acesso a serviços hospitalares e pré-natais especializados (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

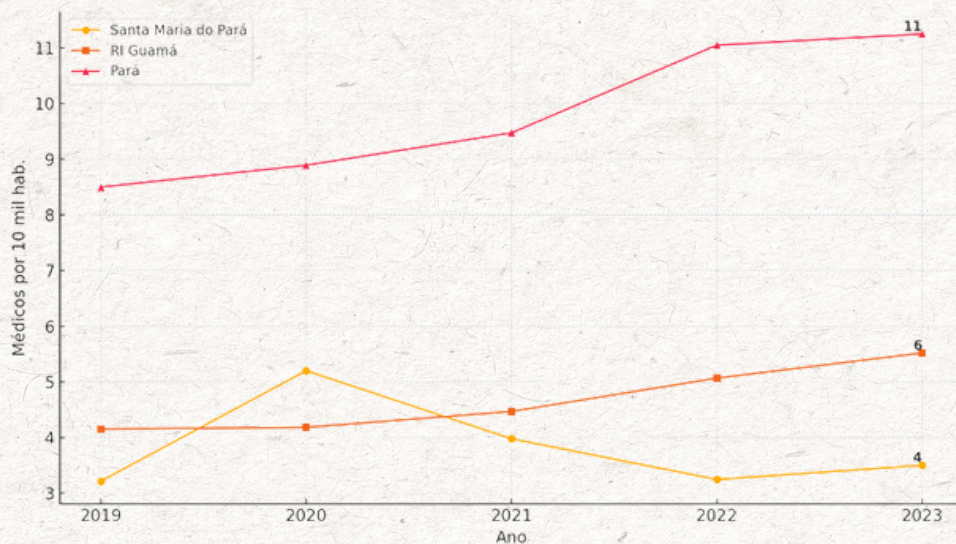
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Santa Maria do Pará apresentou variações durante o período. Em 2019, havia 3,2 médicos, com elevação para 5,2 em 2020, seguida de quedas em 2021 (4,0) e 2022 (3,2), até ligeira recuperação em 2023, com 4 médicos. Esse cenário revela certa dificuldade na manutenção de profissionais de saúde no município. A variação pode estar associada à rotatividade de vínculos temporários, falta de incentivos ou estrutura inadequada. A oferta ainda é insuficiente diante da média estadual (Gráfico 6).

Na RI Guamá, o indicador evoluiu positivamente, saindo de 4,2 médicos em 2019 para 6 em 2023, com crescimento constante ao longo do período. O estado do Pará teve desempenho ainda melhor, com aumento de 8,5 para 11 médicos por 10 mil habitantes. A trajetória estadual e regional demonstra ampliação do corpo clínico, o que contrasta com o comportamento mais instável do município. Tal discrepância sugere que Santa Maria do Pará enfrenta barreiras específicas para atrair e fixar médicos, o que pode impactar diretamente a qualidade dos serviços ofertados à população local (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santa Maria do Pará iniciou 2019 com um número elevado de vagas no ensino público: 245 por mil habitantes. Esse volume caiu para 226,2 em 2020, subindo para 230,6 em 2021, e depois sofrendo nova queda para 217,7 em 2022 e 189 em 2023. A redução de 56 vagas por mil habitantes ao longo do período reflete um retrocesso expressivo na capacidade de atendimento educacional. Essa tendência pode estar relacionada a políticas de redimensionamento de rede, evasão escolar ou diminuição de matrículas (Gráfico 7).

Na RI Guamá, o indicador apresentou comportamento semelhante, iniciando em 216,5 em 2019 e encerrando 2023 com 180. O estado do Pará também seguiu essa trajetória, com redução de 210,9 para 198 no mesmo intervalo. Embora a queda ocorra em todos os níveis territoriais, Santa Maria do Pará mostra valores acima da média em parte do período, antes de recuar abruptamente. Essa retração acende um alerta sobre possíveis déficits na cobertura escolar ou reorganizações administrativas com impacto negativo na oferta (Gráfico 7).

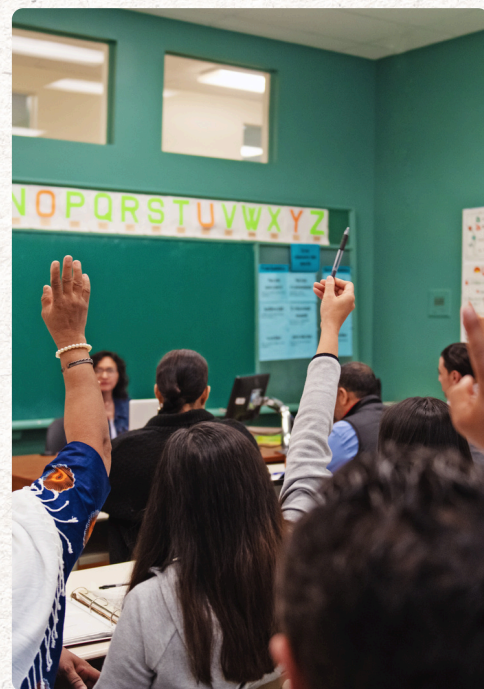
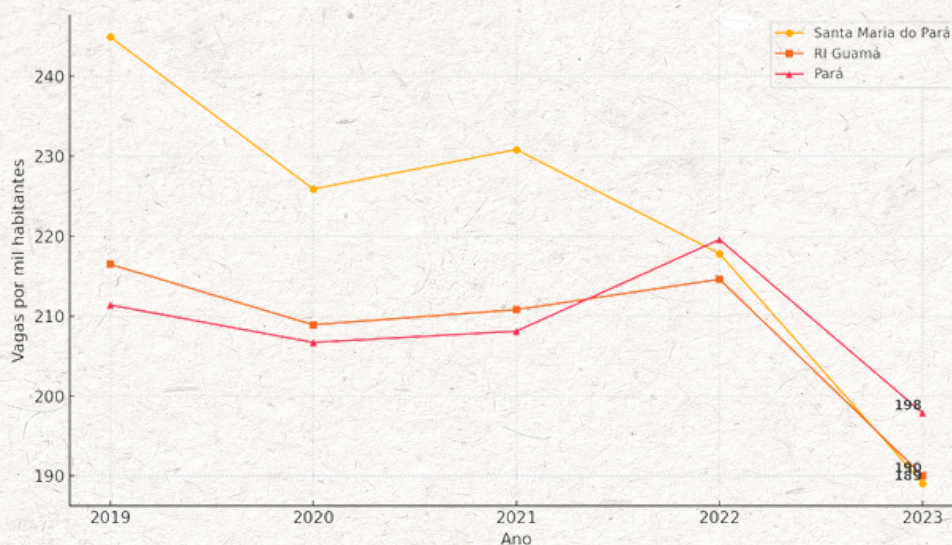


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

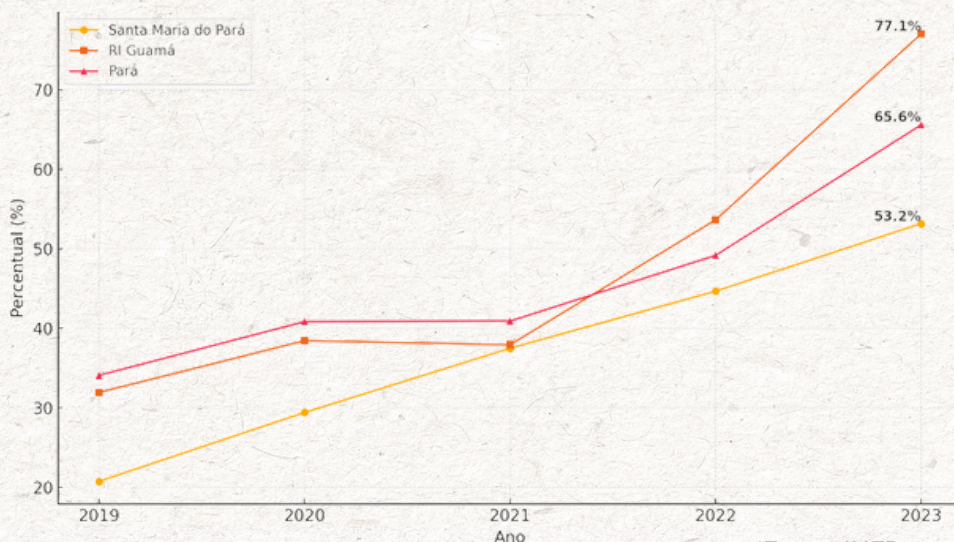
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 189 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Santa Maria do Pará, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu continuamente ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, apenas 20,6% das escolas estavam conectadas, número que subiu para 29,5% em 2020, 37,8% em 2021, 44,5% em 2022 e 53,2% em 2023. Esse avanço, embora lento nos primeiros anos, acelerou mais recentemente, refletindo ações voltadas à inclusão digital. No entanto, o município ainda permanece abaixo da média estadual. A evolução é positiva, mas há espaço para mais investimentos (Gráfico 8).

A RI Guamá teve crescimento expressivo, passando de 32,1% em 2019 para impressionantes 77,1% em 2023. Já o estado do Pará saiu de 34% para 65,6% no mesmo período. Em ambos os casos, o avanço indica políticas públicas efetivas voltadas à infraestrutura digital escolar. Santa Maria do Pará, apesar de seguir a tendência, ainda se encontra em atraso relativo. A conectividade nas escolas é essencial para a modernização do ensino e redução das desigualdades educacionais, sobretudo em contextos pós-pandemia (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

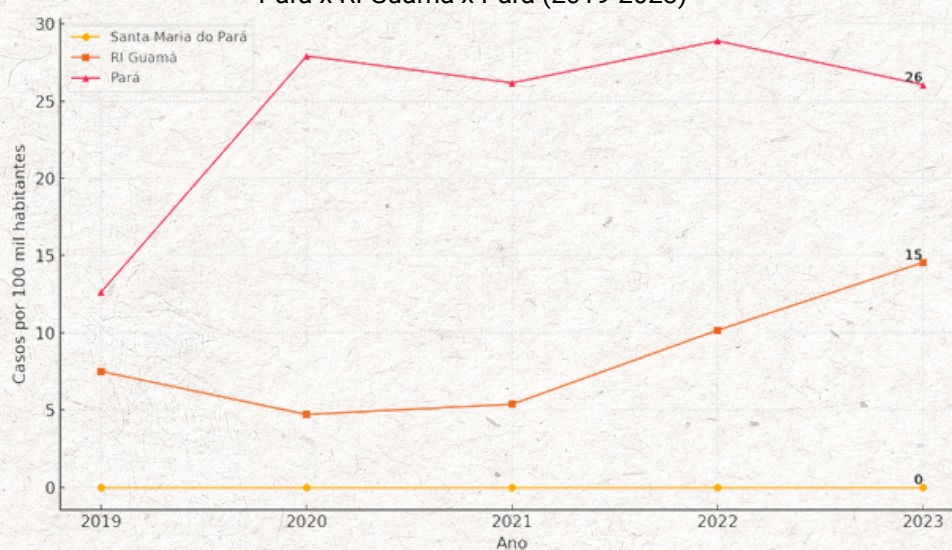


Entre 2019 e 2023, Santa Maria do Pará não registrou nenhum caso reportado de violência contra a mulher por parceiros, permanecendo com 0 casos por 100 mil habitantes em todos os anos. Essa ausência pode não necessariamente representar a inexistência do problema, mas sim subnotificação ou ausência de mecanismos de denúncia efetivos. Enquanto isso, a Região de Integração do Guamá apresentou elevação no indicador, de 7,4 em 2019 para 15 em 2023, refletindo um agravamento da violência conjugal na região (Gráfico 9).



No estado do Pará, o cenário foi ainda mais alarmante. O indicador cresceu de 12,7 em 2019 para um pico de 29,1 em 2022, encerrando 2023 em 26 casos por 100 mil habitantes. A trajetória estadual revela um crescimento expressivo da violência de gênero nesse período. Esse contraste em relação a Santa Maria do Pará pode indicar não apenas diferenças reais, mas limitações locais na captação de dados. A evolução do indicador regional e estadual demanda o fortalecimento das políticas de proteção e monitoramento no município (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

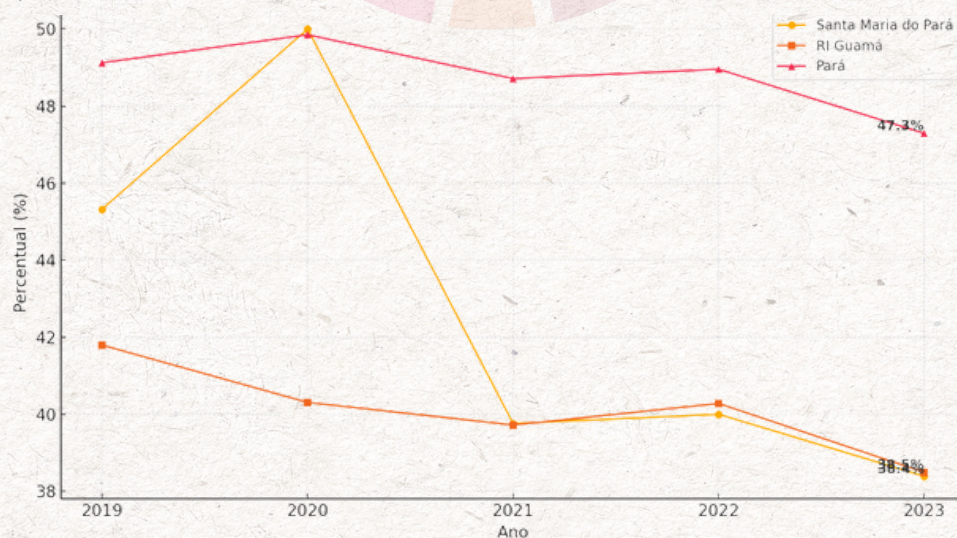
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Santa Maria do Pará, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres variou de forma significativa. Em 2019, o índice era de 45,4%, subindo para 49,9% em 2020. No entanto, a partir de 2021 houve forte recuo, com queda para 39,7%, chegando a 38,5% em 2023. A perda de 11 pontos percentuais desde o pico aponta para possível retrocesso na equidade de gênero em postos de liderança no município. Essa tendência pode refletir fatores estruturais ou conjunturais ligados ao mercado de trabalho local (Gráfico 10).



Na Região do Guamá, o percentual foi mais estável, embora em patamar inferior, caindo de 41,8% em 2019 para 38,5% em 2023. Já o estado do Pará manteve indicadores mais elevados e consistentes, variando entre 49,2% em 2020 e 47,3% em 2023. Essa constância estadual contrasta com a queda observada no município. O desempenho de Santa Maria sugere que, apesar de ter iniciado em nível promissor, a participação feminina em cargos de gestão foi impactada negativamente nos últimos anos e requer atenção estratégica (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

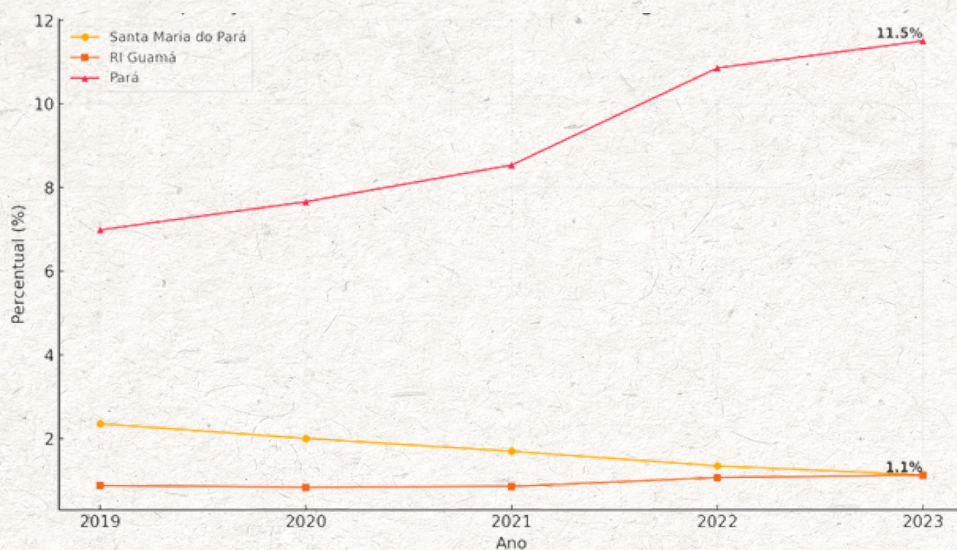
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Santa Maria do Pará apresentou retração contínua no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto. Em 2019, o indicador era de 2,3%, caindo gradualmente até atingir 1,1% em 2023. Essa queda de mais de 50% no período representa um grave retrocesso em infraestrutura básica para a população vulnerável. A redução pode estar associada à estagnação de investimentos no setor ou à expansão desordenada de áreas urbanas sem cobertura adequada (Gráfico 11).

A RI Guamá, embora com valores igualmente baixos, apresentou leve melhora: manteve 0,9% de 2019 a 2021, e elevou para 1,2% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, mostrou evolução significativa no mesmo intervalo, passando de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Esses dados demonstram um descompasso entre os avanços estaduais e a estagnação ou regressão local. A situação de Santa Maria evidencia um cenário crítico de saneamento entre os mais pobres, que demanda ação prioritária do poder público (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

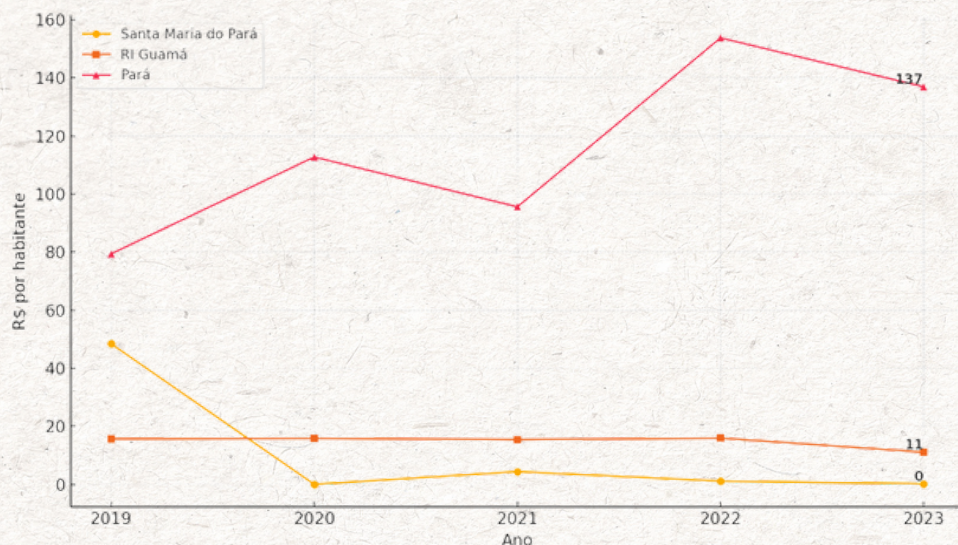
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Santa Maria do Pará, os gastos per capita com saneamento básico apresentaram forte redução ao longo do tempo. O valor era de R\$ 50 por habitante em 2019, caindo drasticamente para R\$ 0 em 2020, com oscilações modestas em seguida: R\$ 4,7 em 2021, R\$ 1,3 em 2022, e novamente R\$ 0 em 2023. Essa queda expressiva indica virtual ausência de investimento direto do município no setor. O corte de recursos pode ter implicações severas para a saúde pública e o desenvolvimento urbano (Gráfico 12).

Na RI Guamá, os valores foram baixos, porém relativamente constantes, partindo de R\$ 15,9 em 2019 para R\$ 11 em 2023. Em contraste, o estado do Pará ampliou os investimentos, saltando de R\$ 78,8 em 2019 para R\$ 156 em 2022, antes de recuar para R\$ 137 em 2023. A comparação evidencia que Santa Maria do Pará está muito abaixo das médias regional e estadual. A falta de prioridade orçamentária em saneamento no município pode estar diretamente ligada à baixa cobertura de serviços e à vulnerabilidade da população (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

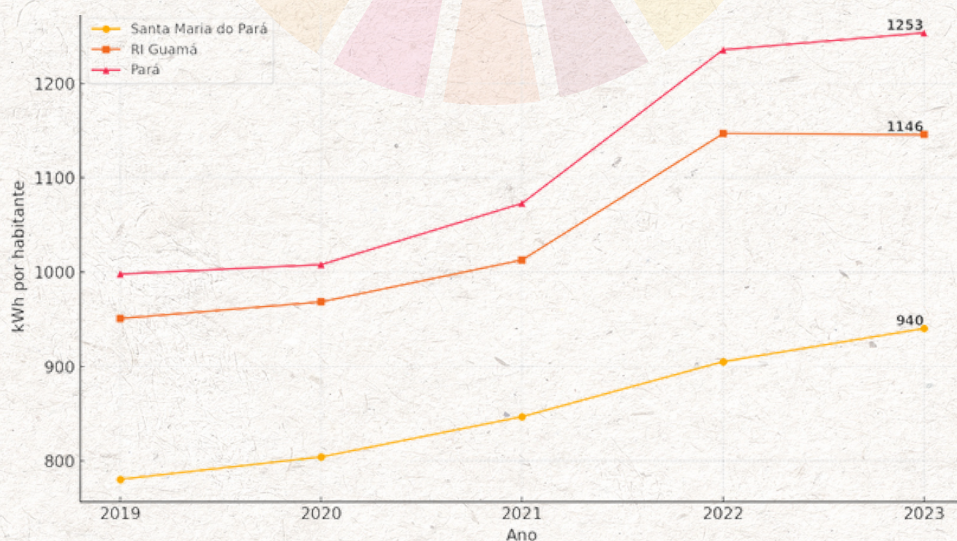


O consumo de energia elétrica per capita em Santa Maria do Pará cresceu progressivamente entre 2019 e 2023, passando de 775 kWh/hab. para 940 kWh/hab., um aumento de 21,3%. Na Região de Integração do Guamã, o consumo subiu de 951 kWh/hab. para 1.146 kWh/hab., o que representa um crescimento de 20,5%. Já no estado do Pará, houve aumento mais expressivo: de 997 kWh/hab. para 1.253 kWh/hab., correspondendo a uma alta de 25,7% (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Nota-se que, embora o município mantenha níveis inferiores ao da RI e do estado, a tendência geral foi de elevação constante em todas as esferas territoriais. O salto mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, especialmente no estado, que passou de 1.070 kWh/hab. para 1.240 kWh/hab. Esse comportamento pode estar relacionado ao aumento da urbanização, à ampliação da rede de distribuição elétrica e ao crescimento do consumo residencial e comercial na região (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 940 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

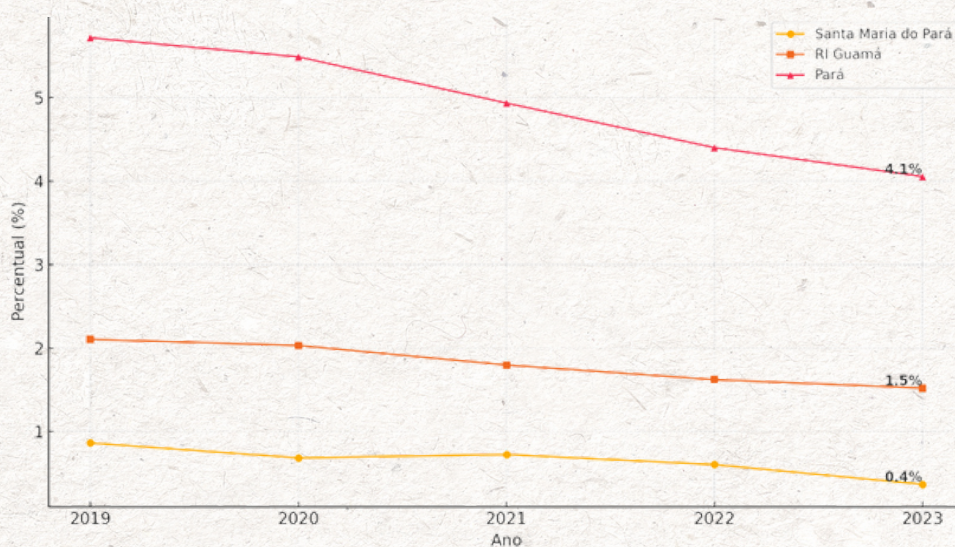
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santa Maria do Pará, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil apresentou queda contínua de 0,9% em 2019 para 0,4% em 2023, evidenciando uma melhoria no acesso à iluminação elétrica convencional. A Região de Integração do Guamá também registrou redução, passando de 2,1% para 1,5% no mesmo período. Já no estado do Pará, a taxa caiu de 5,7% para 4,1%, demonstrando avanços ainda que mais lentos em escala estadual (Gráfico 14).

O comportamento da série indica um esforço regional de inclusão elétrica e redução da dependência de fontes fósseis, com destaque para o município que, em 2023, apresentou o menor percentual entre os três níveis analisados. A queda mais expressiva no estado ocorreu entre 2020 e 2021, de 5,5% para 4,9%, possivelmente refletindo políticas públicas de universalização do acesso à energia. Em Santa Maria do Pará, a estabilidade entre 2020 (0,7%) e 2021 (0,75%) interrompeu momentaneamente a tendência de queda, mas foi retomada nos anos seguintes (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

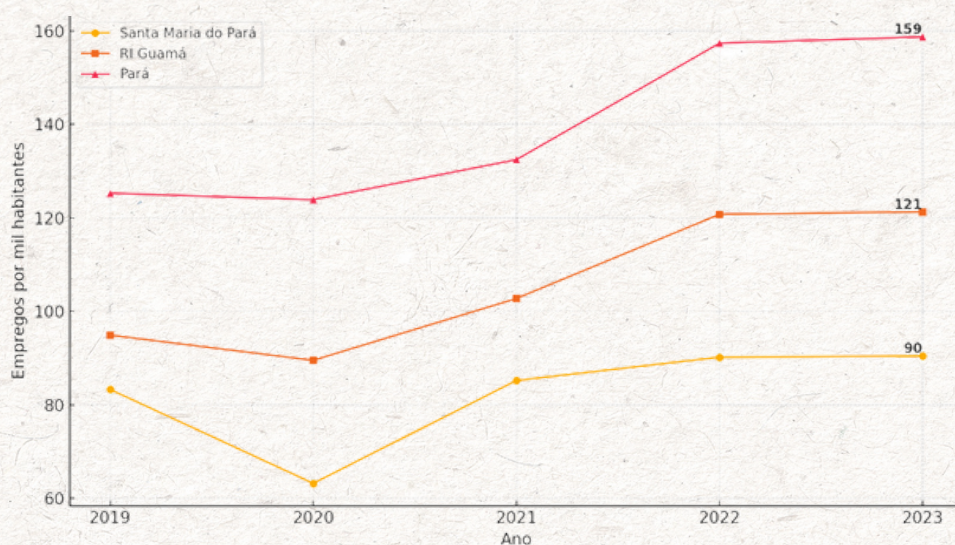


Empregos Formais por Mil Habitantes

A trajetória estadual demonstra crescimento contínuo e mais robusto na formalização do mercado de trabalho em comparação ao município. Santa Maria do Pará ficou abaixo da média da RI e do estado ao longo de todo o período, mas sua recuperação pós-2020 mostra resiliência. A diferença entre o município e o estado era de 43 postos em 2019 e aumentou para 69 em 2023. O desempenho da RI Guamá, por sua vez, se mostrou mais alinhado à média estadual, o que indica que Santa Maria do Pará tem desafios particulares na geração de emprego formal. A manutenção do índice de 90 em 2022 e 2023 sugere certa estagnação recente (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, Santa Maria do Pará apresentou variações importantes no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o município registrava 83 postos por mil habitantes, valor que caiu para 64 em 2020, refletindo possivelmente os impactos iniciais da pandemia da COVID-19. Em 2021, houve recuperação para 85, seguida de leve aumento para 90 em 2022, mantendo esse patamar em 2023. A RI Guamá partiu de 95 em 2019, caiu para 90 em 2020, e cresceu até 121 em 2022 e 2023, acima do nível pré-pandêmico. Já o estado do Pará iniciou com 126 postos e atingiu 159 em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Em Santa Maria do Pará, o PIB per capita variou de R\$ 15.476 em 2018 para R\$ 14.087 em 2022, com queda até 2019 (R\$ 11.977) e leve recuperação até 2021 (R\$ 14.948). Esse indicador mostrou uma trajetória instável, oscilando em torno de valores médios mais baixos que os da RI Guamá e do estado. A RI Guamá passou de R\$ 12.615 em 2018 para R\$ 16.258 em 2022, com crescimento contínuo após 2019. O estado do Pará teve evolução marcante: de R\$ 18.914 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, um avanço de quase 80% (Gráfico 16).

PIB per capita

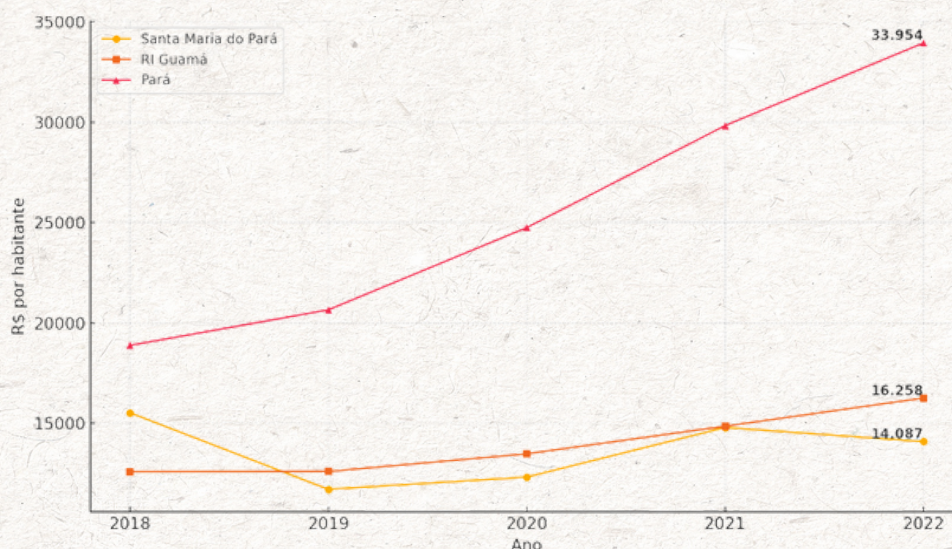


A discrepância entre o município e o estado aumentou substancialmente, atingindo

um hiato de quase R\$ 20 mil em 2022. Mesmo com uma melhora em 2021, Santa Maria do Pará apresentou queda em 2022, indicando possível desaceleração econômica ou perda de dinamismo relativo. O comportamento da RI Guamá foi mais positivo, superando o município em todo o período. O desempenho estadual indica forte expansão impulsionada provavelmente pela indústria extrativa e exportações, segmentos pouco representados em Santa Maria do Pará. Isso reforça a necessidade de diversificação produtiva local (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.948/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

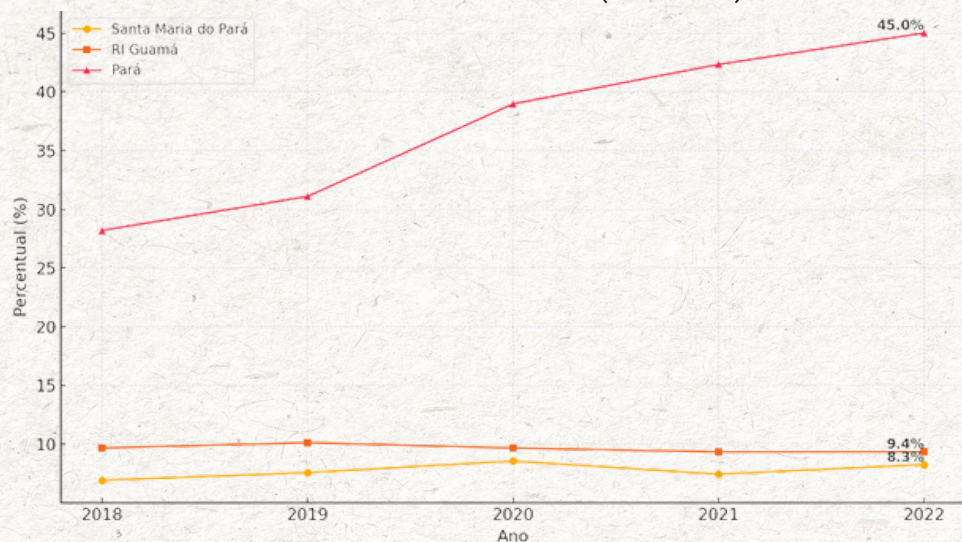


Santa Maria do Pará apresentou pequena variação no valor adicionado da indústria em relação ao PIB, partindo de 6,9% em 2018 para 8,3% em 2022, com pico de 8,9% em 2020. A RI Guamá oscilou entre 9,7% e 9,4%, mantendo estabilidade sem crescimento expressivo. O estado do Pará, por outro lado, teve um salto expressivo: de 28,2% em 2018 para 45% em 2022, indicando forte expansão industrial no período. Essa evolução sugere concentração de grandes projetos industriais em outras regiões do estado (Gráfico 17).

No contexto local, o município teve ligeira valorização do setor industrial, mas continua com participação modesta na composição do PIB. A estabilidade da RI Guamá indica limitações estruturais à industrialização regional. Em contrapartida, o estado foi beneficiado por grandes empreendimentos industriais, sobretudo ligados à mineração e energia. A distância entre Santa Maria do Pará e o cenário estadual cresceu mais de 35 pontos percentuais em 4 anos. Isso reforça a baixa industrialização local e a necessidade de políticas voltadas à atração de investimentos e estímulo a atividades de maior valor agregado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santa Maria do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve-se em patamares baixos durante o período, saindo de 4,5 em 2019 para 4,0 em 2023, com queda em 2020 (3,0) e uma breve recuperação em 2021 (4,6). Já a RI Guamã cresceu de 7,7 para 11,0, mostrando expansão progressiva,

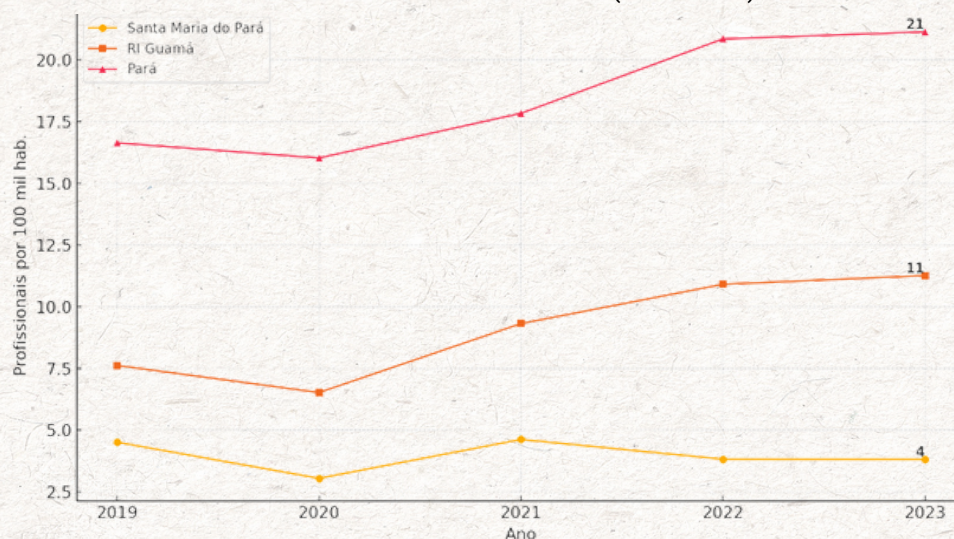


especialmente após 2020. O estado do Pará apresentou uma elevação mais consistente, partindo de 16,7 e chegando a 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

Esse indicador revela uma lacuna significativa no acesso a profissionais de ciência em Santa Maria do Pará em relação à região e ao estado. Enquanto a média estadual cresceu 25,7%, o município praticamente estagnou. A diferença entre Santa Maria e o Pará, que era de 12,2 pontos em 2019, aumentou para 17,0 pontos em 2023. Isso sugere menor atração ou retenção desses profissionais no município, impactando o desenvolvimento científico e tecnológico local (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



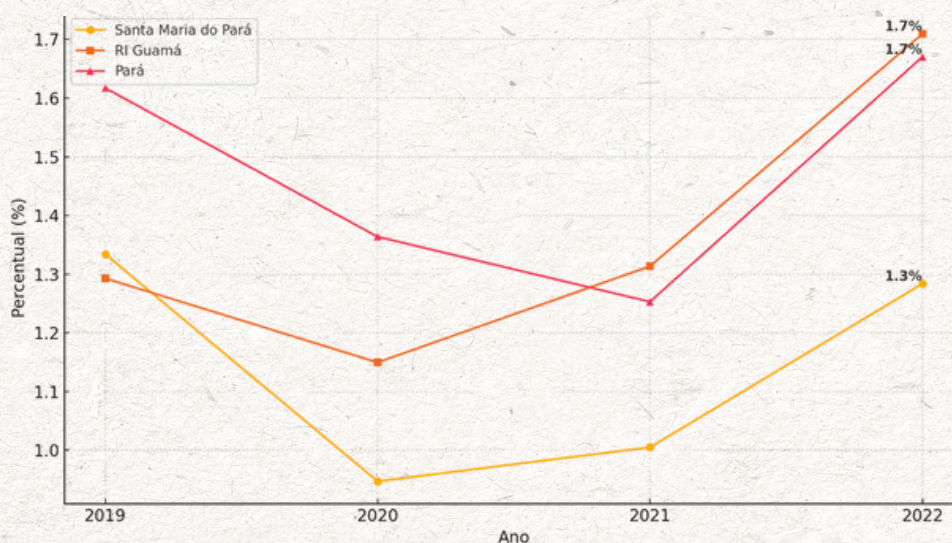
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Santa Maria do Pará iniciou 2019 com massa salarial correspondente a 1,33% do PIB, mas caiu para 0,93% em 2020, reflexo provável da pandemia. Houve recuperação lenta: 1,01% em 2021 e 1,30% em 2022, sem alcançar o patamar inicial. A RI Guamá teve trajetória mais estável, oscilando de 1,29% em 2019 para 1,70% em 2022, com crescimento contínuo após 2020. Já o estado caiu de 1,61% em 2019 para 1,26% em 2021, mas se recuperou para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

O indicador revela que Santa Maria do Pará

teve desempenho mais fraco que o da RI e do estado, com menor recuperação da participação da massa salarial no PIB. Em 2022, a diferença entre o município e o estado foi de 0,4 ponto percentual, evidenciando menor dinamismo do mercado formal de trabalho. O crescimento na RI Guamá e no Pará em 2022 mostra possível reaquecimento econômico, do qual Santa Maria ainda participa de forma limitada. Essa diferença reflete a menor formalização e o peso reduzido dos salários formais na economia local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

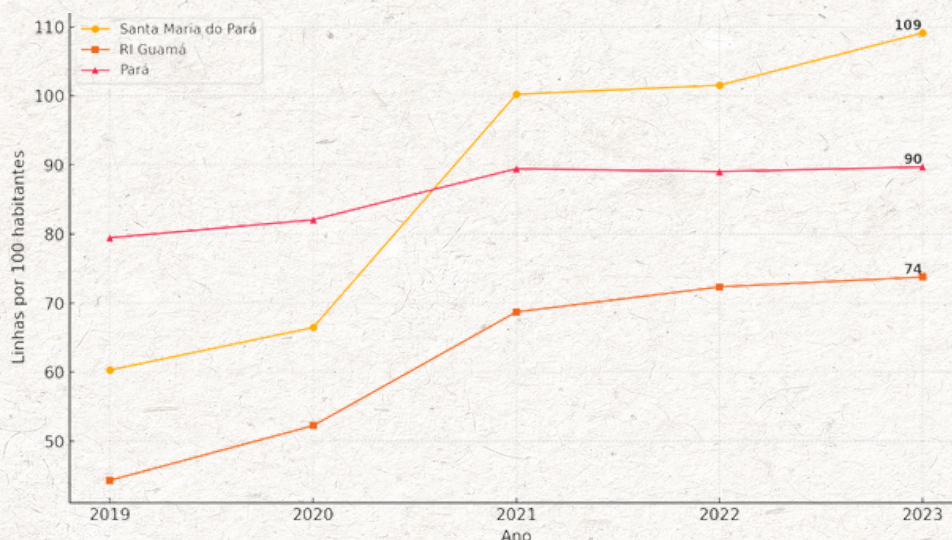
Santa Maria do Pará apresentou forte crescimento no acesso à telefonia móvel, passando de 60 linhas por 100 hab. em 2019 para 109 em 2023. O maior salto ocorreu entre 2020 (67) e 2021 (100), evidenciando expansão significativa da cobertura e do uso. A Região de Integração do Guamá teve crescimento mais moderado, de 44 para 74, enquanto o estado do Pará subiu de 79 para 90 linhas por 100 hab. nesse período (Gráfico 20).

Com esse desempenho, o município superou com folga os níveis regional e estadual, assumindo posição de destaque em termos de conectividade móvel. O crescimento contínuo sugere maior acesso a dispositivos, serviços e cobertura de rede, o que pode refletir mudanças no perfil socioeconômico e na inclusão digital. O índice de 109 linhas em 2023 indica que há mais de uma linha por habitante no município, demonstrando forte penetração da telefonia móvel (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 109 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

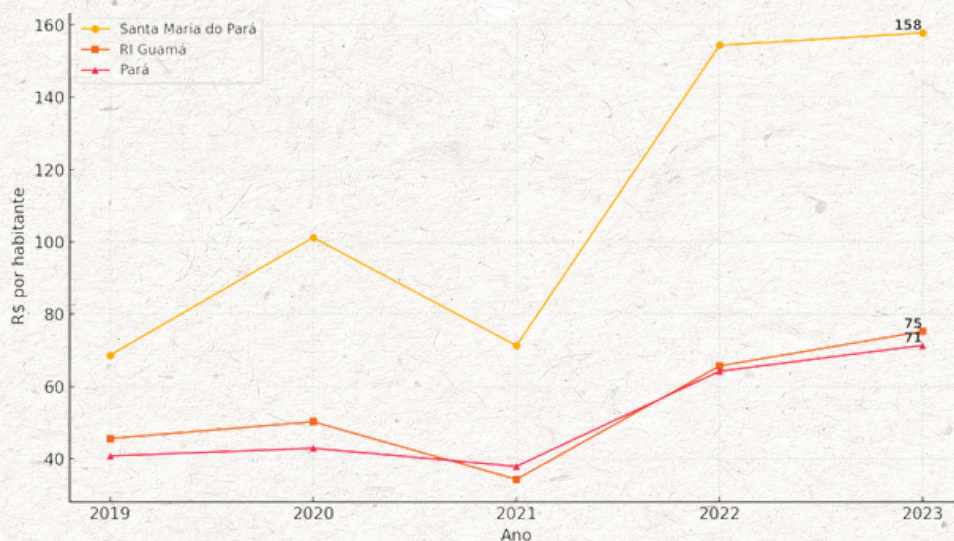
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Santa Maria do Pará teve variação significativa nos gastos per capita com cultura e gestão ambiental, iniciando em R\$ 69,5 em 2019, subindo para R\$ 101,2 em 2020 e recuando para R\$ 71,8 em 2021. A partir de 2022, houve forte aumento, atingindo R\$ 156,9 e chegando a R\$ 158,2 em 2023, valor mais que o dobro do registrado no estado. A RI Guamá apresentou evolução mais moderada, saindo de R\$ 45,4 em 2019 para R\$ 75,0 em 2023. O estado do Pará subiu de R\$ 41,4 para R\$ 71,2 no mesmo período (Gráfico 21).

O desempenho de Santa Maria do Pará demonstra esforço municipal para ampliar os investimentos nessa área, com destaque a partir de 2022. Mesmo com quedas pontuais, o município superou com folga os patamares regionais e estaduais. Esse aumento pode estar relacionado à priorização de ações culturais e ambientais locais, como eventos, preservação e saneamento ecológico. Já o estado e a RI mantiveram padrão mais estável e com menor intensidade de variação. O município, em 2023, gastou mais que o dobro da média estadual por habitante (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



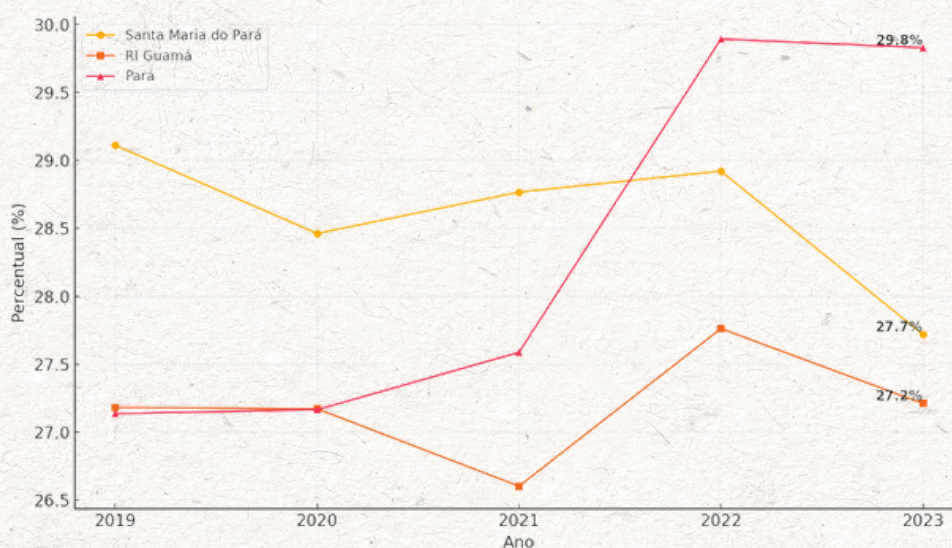
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Santa Maria do Pará, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo caiu de 29,1% em 2019 para 27,7% em 2023, com leve alta entre 2020 (28,5%) e 2022 (28,9%). A RI Guamá oscilou entre 27,2% e 26,6%, encerrando 2023 com 27,2%, mantendo-se estável. Já o estado do Pará partiu de 27,1% e subiu até 29,8% em 2022, estabilizando nesse patamar em 2023 (Gráfico 22).

Apesar das oscilações, o município apre-

sentou uma leve tendência de redução no período, o que é positivo, mas ainda mantém índice superior ao da região e muito próximo ao estadual. Essa prática indica falhas na coleta regular de resíduos sólidos e expõe populações vulneráveis a riscos ambientais e de saúde. A persistência de percentuais elevados sinaliza a necessidade de maior cobertura de serviços de limpeza urbana, especialmente em áreas periféricas e rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

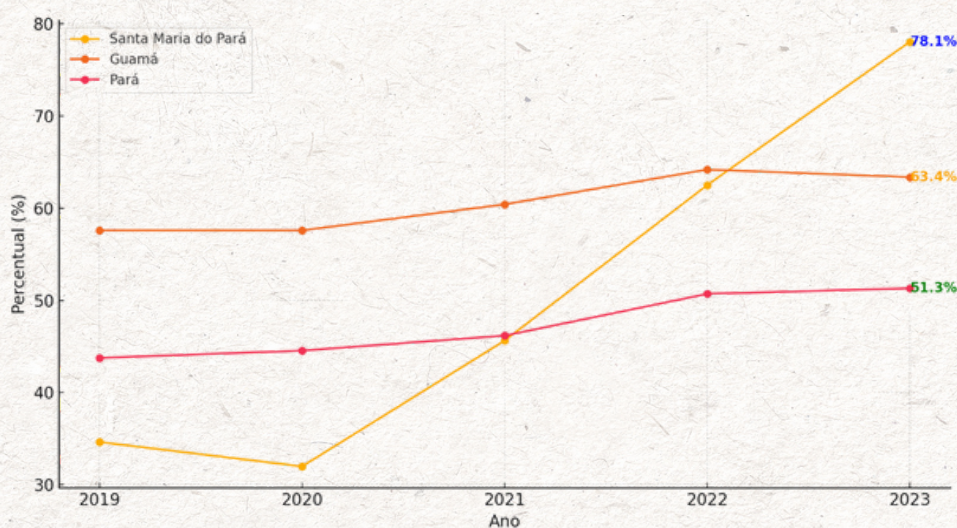
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Santa Maria do Pará apresentou crescimento acentuado da população de baixa renda com fossa rudimentar, passando de 34,6% em 2019 para 78,1% em 2023. A curva mostra salto a partir de 2020 (32,0%), com destaque para os anos de 2021 (45,8%) e 2022 (62,3%). A RI Guamá manteve-se alta durante todo o período, partindo de 58,2% para 63,4%. O estado do Pará cresceu de 43,6% para 51,3% no mesmo intervalo (Gráfico 23).

Esse crescimento expressivo no município é preocupante, pois indica deterioração nas condições de saneamento básico entre a população vulnerável. A fossa rudimentar é uma solução precária que compromete a saúde pública e contamina o solo. O salto registrado entre 2020 e 2023 acentua a desigualdade em relação à média estadual, tornando urgente a implementação de políticas de esgotamento sanitário mais eficazes e equitativas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

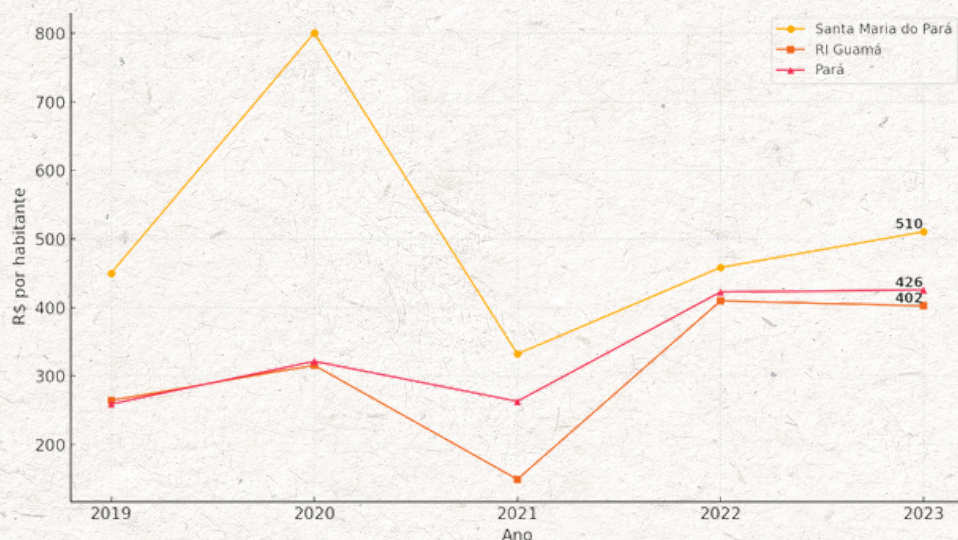
Gastos per capita com prevenção de desastres

Santa Maria do Pará apresentou variações marcantes nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 452, aumentando significativamente para R\$ 804 em 2020. No entanto, houve forte queda em 2021 para R\$ 335, seguida de recuperação nos anos seguintes, com R\$ 460 em 2022 e R\$ 510 em 2023. A RI Guamá iniciou com R\$ 264, chegou a R\$ 318 em 2020, caiu para R\$ 159 em 2021 e terminou 2023 com R\$ 426. O estado do Pará teve evolução de R\$ 263 para R\$ 402 nesse mesmo período (Gráfico 24).



O município manteve-se sistematicamente acima da média estadual e regional em quase todo o período, com destaque em 2020, quando mais que dobrou os valores da RI e do estado. O recuo em 2021 pode refletir redirecionamento orçamentário, mas os aumentos seguintes indicam retomada do compromisso com a prevenção de eventos extremos. Em 2023, Santa Maria investiu R\$ 108 a mais por habitante que a média do estado, o que representa uma diferença expressiva. Esse desempenho reflete prioridade municipal nesse eixo da gestão ambiental, superando de forma constante os níveis superiores (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 510/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

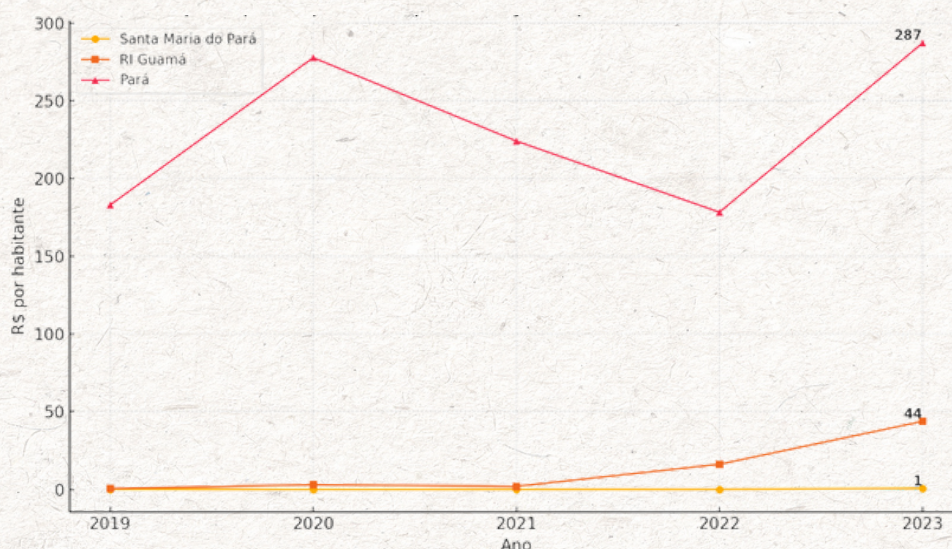
Despesa per capita com preservação aquática

Santa Maria do Pará registrou baixos investimentos per capita com preservação aquática, iniciando em R\$ 0,5 em 2019, chegando a um pico de R\$ 1,4 em 2020, e retornando ao patamar de R\$ 1 em 2023. A RI Guamá mostrou avanço mais consistente, saindo de R\$ 0,8 para R\$ 44 entre 2019 e 2023. O estado do Pará apresentou valores muito superiores, com crescimento de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, apesar de oscilações no período (Gráfico 25).

Essa disparidade evidencia que o município

não priorizou a preservação dos recursos hídricos em seu orçamento recente, ao contrário da tendência estadual e regional. A diferença entre Santa Maria e o estado em 2023 foi de R\$ 286,5 por habitante, mostrando quase inexistência de política efetiva nessa área. A baixa alocação pode comprometer o controle de poluição hídrica, saneamento e conservação de ecossistemas aquáticos. Esse contraste levanta alerta sobre a necessidade de maior atenção a esse setor no planejamento municipal futuro (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

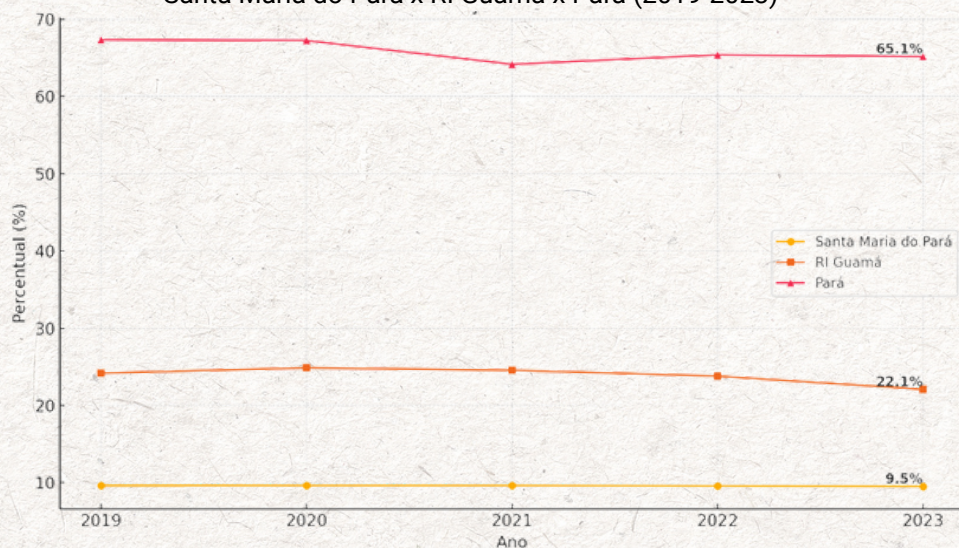
O percentual da área de floresta em relação à área total em Santa Maria do Pará manteve-se praticamente estável, com 9,5% em 2019 e o mesmo valor em 2023. A RI Guamá, por sua vez, apresentou uma ligeira redução, saindo de 24,3% em 2019 para 22,1% em 2023. O estado do Pará registrou uma leve oscilação, indo de 67,4% em 2019 para 65,1% em 2023, com mínima em 2021 (64,3%) (Gráfico 26).

O município apresenta cobertura florestal bastante reduzida, refletindo histórico de ocu-

pação intensiva e urbanização em detrimento das áreas naturais. Enquanto o estado ainda conserva mais de 65% de sua área com florestas, Santa Maria está abaixo de 10%, o que acentua a vulnerabilidade ambiental local. Essa realidade contrasta com a vocação ecológica do Pará, colocando o município entre os de menor preservação florestal relativa. A estabilidade do indicador, apesar de baixa, sugere ausência de desmatamento recente, mas também falta de políticas de reflorestamento ou restauração (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

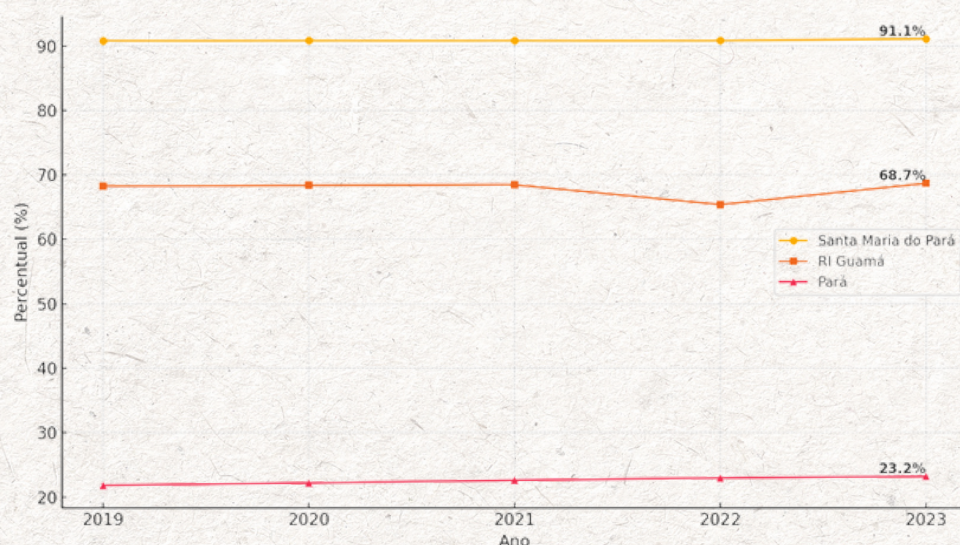
Santa Maria do Pará apresentou um percentual de área desmatada elevado e estável, oscilando em torno de 91,1% entre 2019 e 2023. A RI Guamá variou de 68,2% para 68,7%, mantendo também patamar elevado. Já o estado do Pará apresentou taxas significativamente menores, partindo de 21,6% em 2019 e subindo ligeiramente até 23,2% em 2023, com relativa estabilidade ao longo do tempo (Gráfico 27).

A situação de Santa Maria é crítica, com mais de 90% do

território já desmatado, representando um dos quadros mais severos no comparativo estadual. Isso compromete a capacidade ecológica local, reduz a resiliência ambiental e pode agravar problemas como erosão, enchentes e perda de biodiversidade. Enquanto o Pará busca manter sua cobertura florestal, o município já exibe um cenário consolidado de degradação. Esses dados reforçam a urgência de programas de recuperação ambiental, compensação de áreas e incentivo à arborização urbana (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

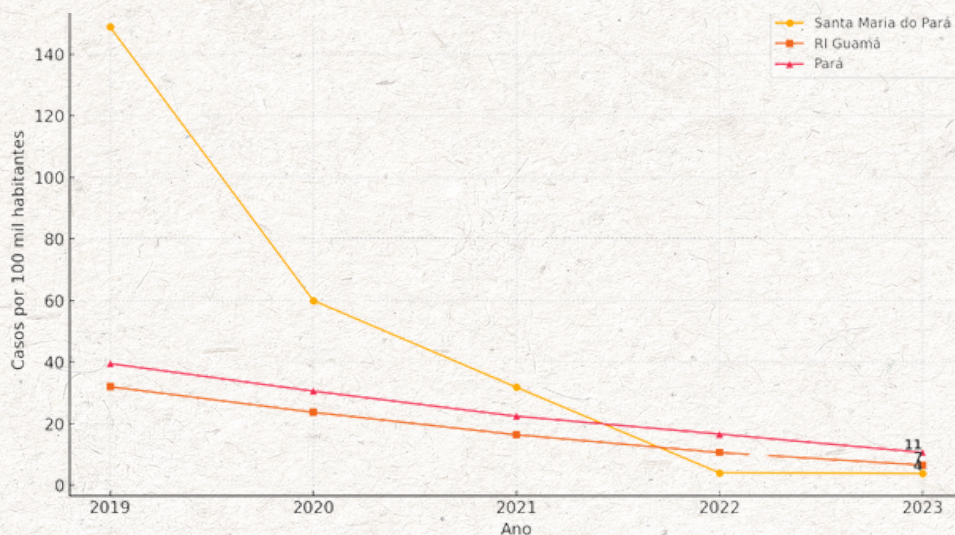
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santa Maria do Pará, o número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes caiu drasticamente de 149 em 2019 para 4 em 2023. A redução mais intensa ocorreu entre 2019 e 2020, quando o índice caiu para 60, seguido de declínio contínuo até 11 em 2022 e nova queda em 2023. Na RI Guamá, a taxa passou de 32 para 11, enquanto no estado do Pará o indicador caiu de 39 para 11 no mesmo período. Ou seja, embora Santa Maria tenha começado com um índice extremamente alto, encerrou o período em níveis compatíveis com o padrão estadual (Gráfico 28).

Esse comportamento evidencia avanços expressivos no combate ao trabalho infantil no município, com ações possivelmente ligadas à fiscalização, programas sociais ou políticas de educação. Em 2019, a taxa local era quase quatro vezes maior que a estadual, mas em 2023 os três níveis estão praticamente iguais. Ainda assim, é importante consolidar os avanços para evitar retrocessos. O ritmo de redução em Santa Maria foi mais acelerado que o da RI e do estado, o que indica um esforço direcionado localmente (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

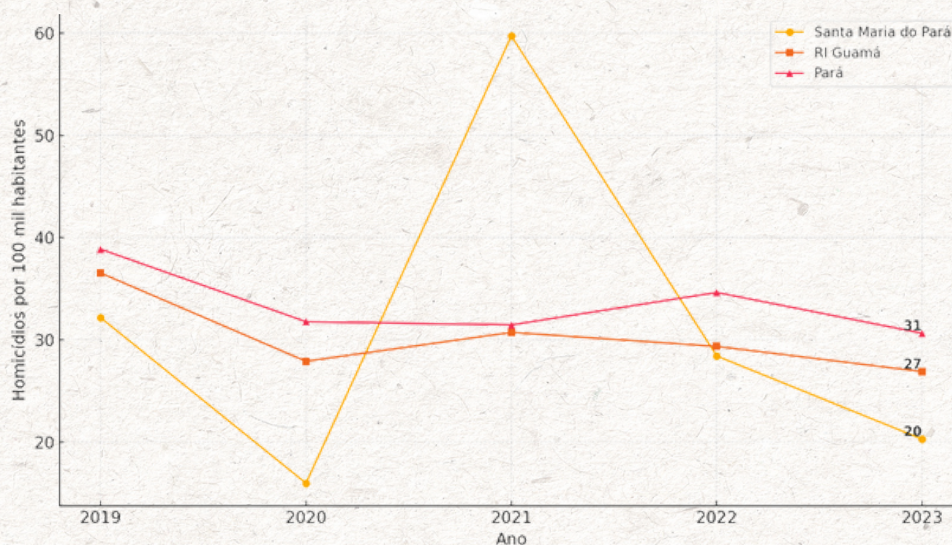
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Santa Maria do Pará oscilou fortemente no período, iniciando com 32 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, recuando para 16 em 2020, e saltando para 60 em 2021, o maior valor da série. Posteriormente, o índice caiu para 29 em 2022 e 20 em 2023, demonstrando uma retomada de controle da violência letal. A RI Guamá seguiu padrão mais estável, variando de 36 para 27, enquanto o estado passou de 39 para 31 (Gráfico 29).

A elevação abrupta em 2021 em Santa Maria sugere um episódio atípico ou crise localizada, destoando das demais regiões. Já a queda observada nos dois anos seguintes aproxima o município dos níveis da RI e o coloca abaixo da média estadual em 2023. A redução recente pode refletir políticas de segurança, ação comunitária ou maior presença estatal. Mesmo com as oscilações, a tendência mais recente é de recuo, o que exige continuidade nos esforços de prevenção e investigação criminal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



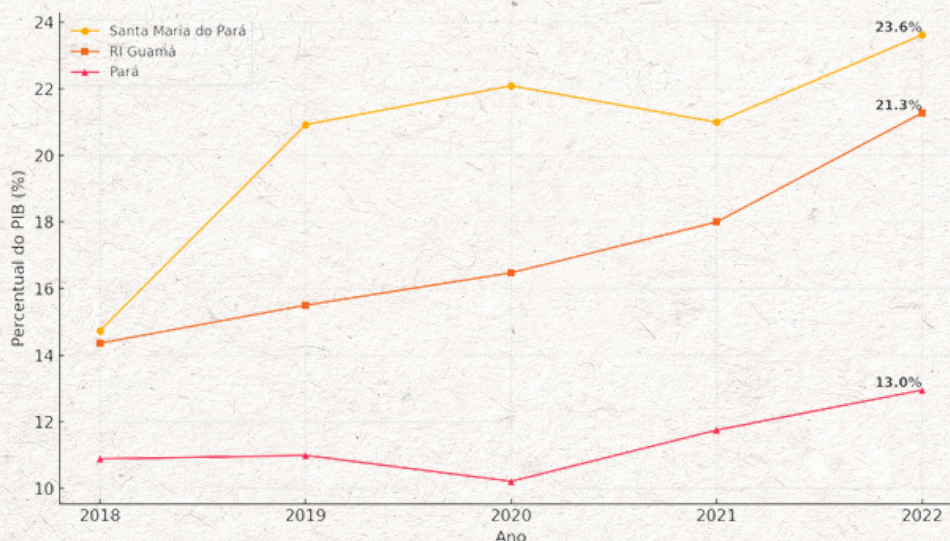
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Santa Maria do Pará apresentou aumento expressivo no gasto público municipal em relação ao seu PIB. O índice passou de 14,8% em 2018 para 23,6% em 2022, com destaque para o salto de 2018 para 2019, quando atingiu 21%, e um novo crescimento em 2022. A RI Guamá também mostrou trajetória de crescimento: partiu de 14,4% em 2018 para 21,3% em 2022, com evolução mais gradual. Já o estado do Pará apresentou percentuais bem menores, indo de 11% para 13% no mesmo período (Gráfico 30).

A diferença entre o município e o estado foi crescente, chegando a 10,6 pontos percentuais

em 2022. Isso evidencia que o poder público municipal tem tido maior participação na dinâmica econômica local em relação à média estadual. O recuo leve de Santa Maria em 2021 (para 21,1%) não comprometeu a tendência de alta, que foi retomada no ano seguinte. A alta proporção de gasto público pode refletir forte presença de políticas públicas locais, mas também pode indicar baixa base produtiva, o que amplia o peso relativo da administração pública no PIB. Ainda assim, os valores refletem uma atuação municipal intensa na economia (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

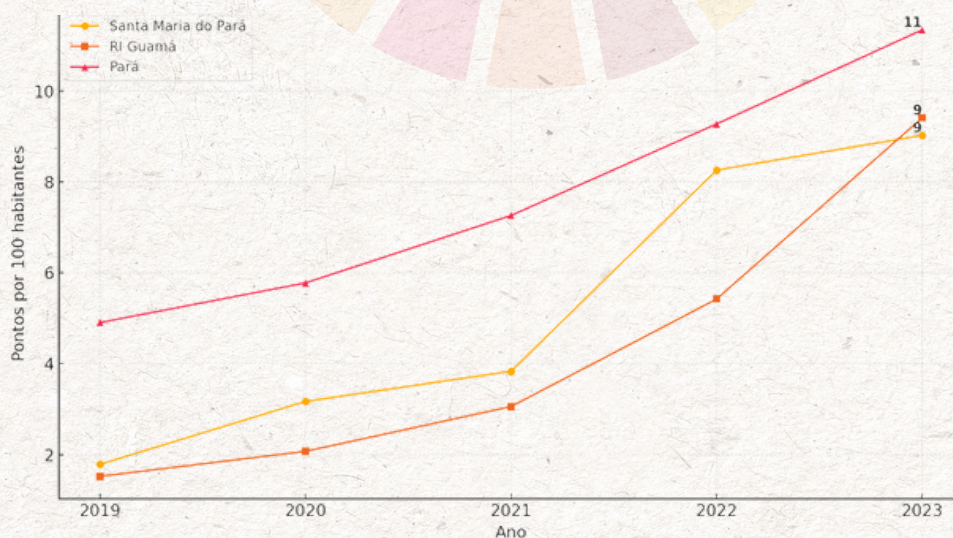
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Santa Maria do Pará apresentou crescimento consistente, passando de 1,8 pontos por 100 hab. em 2019 para 9 em 2023. A RI Guamã também apresentou elevação, de 1,5 para 9,4, enquanto o estado do Pará subiu de 4,9 para 11,3 pontos por 100 hab. no mesmo período (Gráfico 31).

Embora o município esteja ligeiramente abaixo da média estadual, o crescimento em Santa Maria se alinha à tendência de expansão da co-

nectividade em toda a região. A diferença entre o município e o estado, que era de 3,1 pontos em 2019, caiu para 2,3 em 2023, evidenciando convergência. Esse avanço reforça o papel da inclusão digital, especialmente em contexto de expansão de serviços digitais, ensino remoto e uso de tecnologia. Ainda que o acesso móvel tenha predominado em outros momentos, a banda larga fixa cresce como alternativa mais estável, sendo essencial para reduzir desigualdades digitais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Maria do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

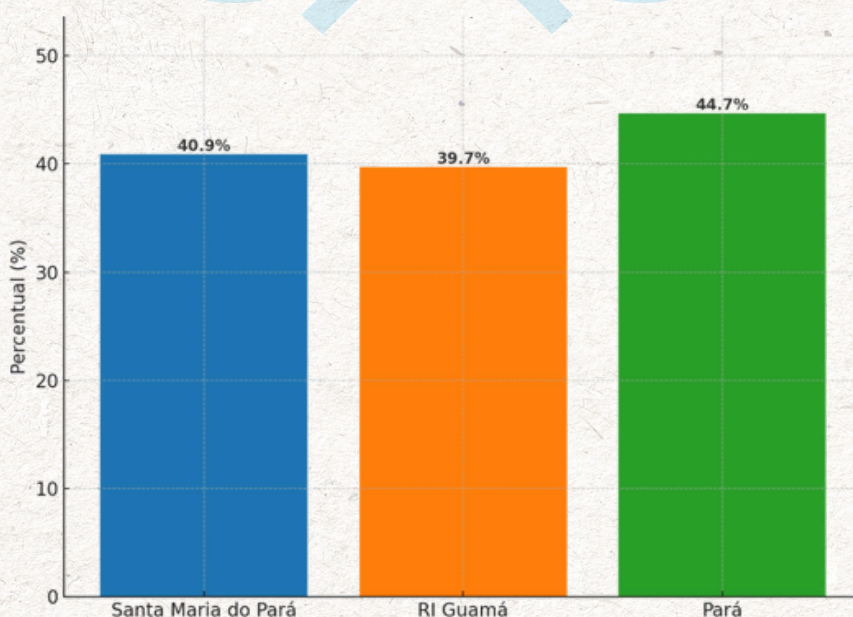
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Maria do Pará** registrou um IDS de **40,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Maria do Pará x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



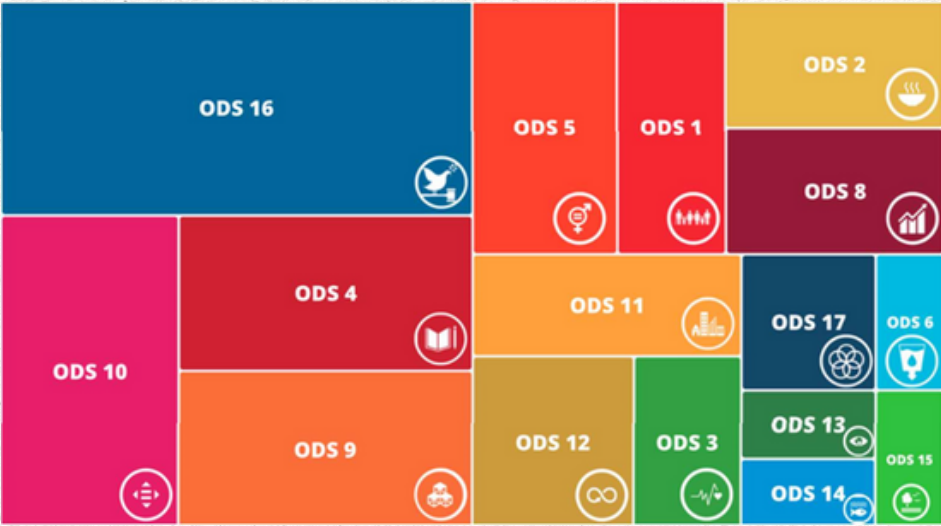
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

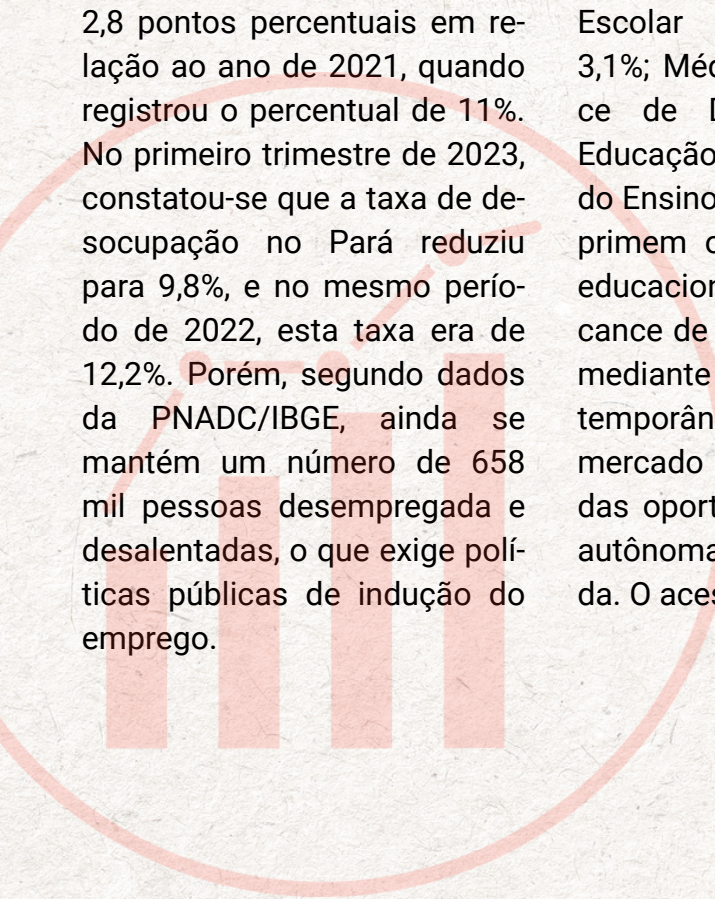
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santa Maria do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santa Maria do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

